

## **MÉXICO.**

No caso de dados pessoais cujo tratamento seja realizado no México, os procedimentos para o exercício dos direitos dos titulares dos dados estão previstos na Lei Federal de Proteção de Dados Pessoais de Titularidade de Particulares (Ley Federal de Protección de Datos Personales en Posesión de los Particulares) (DOF 05-07-2010), com o respectivo Regulamento (DOF 21-12-2011), ou qualquer outra lei que os atualizem, ampliem e/ou substituam.

Ao concordar com o tratamento dos dados de acordo com esta Política de Privacidade, você reconhece que os seus dados pessoais podem ser transmitidos e/ou transferidos a países terceiros nos quais atuamos, que podem ter níveis de proteção de dados pessoais diferentes dos exigidos no México. Nesses casos, as Empresas aplicarão as disposições das leis locais de dados pessoais aplicáveis.

A Lei de Proteção de Dados Pessoais do México garante a você, como titular dos dados, os direitos descritos a seguir:

- Direito de acesso à informação;
- Direito à retificação dos Dados Pessoais;
- Direito ao cancelamento dos Dados Pessoais;
- Direito de oposição aos Dados Pessoais;
- Direitos relativos à comunicação de dados.

As Empresas informarão o titular dos dados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento da solicitação de acesso, correção, cancelamento ou oposição, sobre a decisão tomada, para que possa ser efetivada, se aplicável, em até 15 (quinze) dias a partir da data em que a resposta for comunicada. Os referidos prazos poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, desde que as circunstâncias do caso o justifiquem.

As Empresas não têm a obrigação de excluir as informações e os dados pessoais nos casos previstos no Artigo 26 da Lei Federal de Proteção de Dados Pessoais, nem quando o titular dos dados tiver o dever legal ou contratual de permanecer no banco de dados, nos termos previstos em lei.

É possível exercer os seus direitos ao enviar uma solicitação ao e-mail [habeasdata@avianca.com](mailto:habeasdata@avianca.com), e também poderá exercer os seus direitos junto à autoridade correspondente, o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (Instituto Nacional de Transparencia, Acceso a la Información y Protección de Datos Personales, INAI).